

Mercados agroalimentares alternativos: estratégia de inclusão produtiva dos agricultores familiares

Alternative agricultural markets: production inclusion strategy for family farmers

Diego Neves de Sousa^a, Palloma Rosa Ferreira.

^aEmbrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diegocoop@hotmail.com.

Resumo: As transformações ocorridas na dinâmica recente dos "novos mercados" têm uma lógica pautada no estreitamento das relações sociais. Isto permite com que as redes agroalimentares alternativas surjam como opção viável de inclusão aos agricultores familiares frente ao mercado convencional que segue a uma lógica capitalista. Por meio de uma revisão de literatura, este artigo propõe analisar a inserção dos agricultores familiares nas transformações ocorridas nos mercados agroalimentares e compreender a dinâmica de quais mercados têm maior potencial de inclusão produtiva deste público. Entre os resultados, postula-se que os mercados que têm maior potencialidade são aqueles que permitem a devida reprodução dos modos de vida dos agricultores familiares, bem como a comercialização equitativa de seus peculiares produtos no sistema agroalimentar. Observou-se, ainda, que há um processo de convencionalização comercial dos produtos da agricultura familiar que estão sendo usurpados pelos mercados dominantes dada as suas qualidades peculiares.

Palavras-chave: Sistemas Agroalimentares; Valores Territoriais; Agricultura Familiar; Diversificação; Comércio Justo.

Abstract: The transformations that have occurred in the recent dynamics of "new markets" have a logic based on the strengthening of social relations. This allows alternative agri-food networks to emerge as a viable inclusion option for family farmers in the face of the conventional market that follows capitalist logic. Through a literature review, this article proposes to analyze the insertion of family farmers in the transformations occurring in agri-food markets and understand the dynamics of which markets have the greatest potential for productive inclusion of this public. Among the results, it is postulated that the markets that have the greatest potential are those that allow the proper reproduction of the lifestyles of family farmers, as well as the equitable commercialization of their peculiar products in the agri-food system. It was also observed that there is a process of commercial conventionalization of family farming products that are being usurped by dominant markets due to their peculiar qualities.

Keywords: Agri-food Systems; Territorial Values; Family Farming; Diversification; Fair Trade.

Submetido em: 05/11/2024.

Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos proliferaram ações governamentais e, também, da sociedade civil com o objetivo de articular redes agroalimentares alternativas, como forma de incluir os agricultores familiares em

mercados ditos não convencionais. Citam-se como exemplos circuitos curtos, produtos diferenciados da sociobiodiversidade, movimentos da economia solidária, mercados institucionais, denominação de origem,

indicação geográfica, certificação, marcas coletivas, dentre outras opções.

Trata-se, assim, do reconhecimento da dinâmica diferenciada desses "novos mercados" que tem aguçado o debate em diversas arenas públicas com o propósito de ampliar as potencialidades para a proposição de um novo modelo de desenvolvimento rural (Marques, Conterato; Schneider, 2016).

Este fato é motivado, conforme explicam Goodman, Dupuis e Goodman (2012) pelas redes alternativas do sistema agroalimentar, pautadas por valores territoriais imersos em construções e convenções sociais, que atribuem aos alimentos outras formas de julgamento e valoração, ligados aos aspectos sociais e culturais de determinada região em que são produzidos e consumidos. Apregoa-se, assim, que esse abastecimento alimentar, regulado por novas formas de produção e de relação entre produtores e consumidores é capaz de construir práticas fundadas em valores socioculturais e racionalidades transformadoras, contrárias as determinações capitalistas.

A partir do novo contexto da agricultura brasileira e do desenvolvimento rural, pautado em uma relação emergente com as questões alimentares e de mercados, este artigo propõe analisar a inserção dos agricultores familiares nas transformações ocorridas nos mercados agroalimentares e, assim, compreender a dinâmica de quais mercados têm maior potencial de inclusão produtiva deste público. Para isso utilizou-se de uma revisão de literatura baseada em artigos de periódicos, livros, relatórios e sites.

Além desta introdução, este artigo está dividido em mais três seções. A primeira tem o propósito de entender quais são os desafios para a adequada inclusão produtiva dos agricultores familiares. A segunda seção tem o objetivo de analisar as transformações ocorridas nos últimos anos no sistema agroalimentar

e sua relação com a emergência dos "novos mercados". Por último, apresentar as principais considerações identificadas neste ensaio teórico.

2 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A agricultura de base familiar até a década de 1990, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado Brasileiro e, respectivamente, pelas políticas públicas. A explicação está centrada no fato de que os investimentos eram direcionados aos interesses da grande exploração agropecuária e dos projetos de modernização agrícola. Com o reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, política e produtiva, a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, algumas políticas públicas foram formuladas com o intuito de garantir sua reprodução social enquanto produtora de alimentos básicos para a alimentação, geração de empregos, bem como a manutenção e ocupação do homem no meio rural (Picolotto, 2014; Esquerdo; Bergamasco, 2014).

Esse reconhecimento institucional também tem suas implicações, como apontado por Niederle, Schubert e Schneider (2014), ao qual não deve ser entendida como algo que favoreça recomendações genéricas, dada a variedade de tipos de agriculturas familiares contempladas. Neste contexto, a agricultura familiar compreende agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, dentre outros povos e comunidades tradicionais, que apresentam características e modos de vida próprios (Brasil, 2023).

A agricultura familiar no Brasil é

extremamente heterogênea, apresentando uma grande variedade de formas de organização, distintas condições socioeconômicas e históricas, cultivando diferentes espécies, adotando diferentes práticas agrícolas, acesso diferenciado a crédito e assistência técnica, além de ser desenvolvida em diferentes biomas, desde o Amazônico, passando pela Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, até o Pampa (Pereira *et al.*, 2024, p. 107)

Assim, as políticas de desenvolvimento rural são baseadas em múltiplos mercados, no intuito de atender as especificidades dos públicos beneficiários. Por outro lado, há unidades familiares capitalizadas que se inserem competitivamente em diversas cadeias convencionais de *commodities*, por meio da modernização tecnológica, porém esta opção está bem distante da realidade da maioria daqueles agricultores mais vulneráveis e que não conseguem se adaptar ao *treadmill* tecnológico promovido pela dinâmica dos mercados de *commodities* agrícolas (Niederle, 2017).

Os problemas e os gargalos encontrados nas unidades produtivas dos agricultores familiares pode estar associado na (in)capacidade de inserção em mercados convencionais, geralmente permeados por um contexto cada vez mais concorrido, exigente e em transformação. Por exemplo, para Maluf (2004) a restrição de renda das unidades familiares, seja pela falta de ocupação ou pela baixa remuneração do trabalho, constitui fator macroeconômico limitante à expansão dos mercados de produtos agroalimentares.

A lógica do mercado convencional não dá margem ou impõe limitações para que o agricultor familiar se insira nele, nem tampouco contribui para fidelizar elos com os consumidores, devido ao enfoque dominante dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Esses mercados hegemônicos são, cada vez mais, controlados por algumas empresas multinacionais que, no sistema

agroalimentar, têm sido conhecidas como “impérios alimentares” (Ploeg, 2008). Por sua vez, Maluf (2004, p. 319) contribui na discussão ao acentuar que “a hegemonia do sistema de transformação e de distribuição dos alimentos em grande escala é uma das principais responsáveis pela distância e pelas diferenças de expectativas entre (pequenos) produtores e consumidores”.

É o que também relata Weis (2007), ao refletir sobre o avanço dos impérios alimentares. O fenômeno refere-se a uma crescente concentração de empresas transnacionais, sobretudo as indústrias de insumos agrícolas e de agroalimentos que estão em constantes processos de fusões e de aquisições. Isto posto, verifica-se que a consequência é o poder econômico concentrado em poucas empresas, dominando largas fatias do mercado, o que distancia ainda mais da realidade dos agricultores familiares periféricos e em transição.

A tipologia dos agricultores familiares fixada no Brasil através da metodologia FAO/INCRA, classifica-os em três tipos: periféricos, em transição e consolidados. Delimita, assim, o quanto ela é unidirecional e fixa em processos ascendentes ou descendentes, “como se maior inserção em mercados fosse mais positiva ou pudesse gerar um nível mais elevado de desenvolvimento” (Whatamore *et al. apud* Schneider, 2016, p. 110). Esta classificação tem importância para a análise do acesso ao crédito, taxas de juros e assistência técnica, no entanto as informações sobre os mercados e suas características estão ausentes, como também definiu Weis (2007).

Para Ploeg (2008), a modernização agrícola com enfoque produtivista fez com que os agricultores familiares fossem excluídos do mercado tanto por não serem competitivos, quanto pelo poder que tem as empresas transnacionais capitalizadas de agenciar o sistema agroalimentar. Segundo Callón (2004) o poder de agência não reside apenas nos atores em si, mas

nas múltiplas e heterogêneas interações sociais que estes desenvolvem com o sistema mundo, as quais são mediadas por diferentes objetos.

Neste intento, a explicação de McMichael (2013) é que o regime dominante advindo da globalização expropria os agricultores, como condição para consolidar ainda mais a agricultura modernizante e, por consequência, o império alimentar.

Os limites da pequena produção familiar face às pressões da agricultura moderna tem sido amplamente discutidos no âmbito acadêmico, o que torna essencial debater igualmente a importância dos novos espaços da agricultura familiar, frente às significativas transformações que vem ocorrendo nos últimos anos, no sistema agroalimentar. Para ilustrar essas limitações, Wilkinson (2008) apresentou três diferentes perspectivas analíticas em torno do que se entende por unidade de produção da agricultura familiar, como verificado no Quadro 1.

Quadro 1 - Percepções sobre a agricultura familiar

PERSPECTIVAS	PERCEPÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR
Ortodoxa	É caracterizada pela falta de recursos ou pelo seu uso ineficiente.
Teoria do oligopólio	É uma balizadora de preços a favor das grandes empresas.
Enfoque na Inovação	Valorizam o setor de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), apenas na medida em que se trata de novos entrantes, ao abrirem mercados de nicho com base em tecnologias de ponta.

Fonte: Adaptado de Wilkinson (2008).

O problema constatado na literatura, que coloca a agricultura familiar com uma imagem negativa frente ao outro segmento, neste caso os agricultores

consolidados, deve-se ao fato que é analisada a partir de contestáveis parâmetros, como a composição do valor bruto da produção agropecuária nacional, os níveis de rendimento monetário, bem como a capacidade de incorporação de tecnologias incrementais aos fatores de produção (Niederle, 2017). Além do que,

associa-se a isso um enfoque setorial e produtivista, utilizado para questionar a “insistência” do Estado em direcionar políticas (aparentemente) equivocadas para agricultores com baixa capacidade produtiva (pelo menos em face dos parâmetros definidos) (Niederle, 2017, p. 2).

Na percepção de Buainain e Garcia (2013) a vocação produtiva estaria relacionada apenas aos agricultores capitalizados e consolidados, e aos demais, excluídos do meio rural, sem condições de modernizarem, restariam às políticas sociais para a sobrevivência da família nuclear ou ampliada.

Tais políticas denominadas não contributiva, são importantes para cobrir parcialmente a insuficiência de renda das famílias rurais. Contudo, programas direcionados a inclusão produtiva tem tomado a cena nas agendas de governos, sobretudo, como forma de garantir maior autonomia e acesso a renda para os produtores, caminhando conjuntamente com as políticas de cunho social, no intuito de quebrar o ciclo geracional da pobreza (Brasil, 2023).

Sobre as mudanças necessárias para a inserção de boa parte dos agricultores familiares que estão à margem da dinâmica de mercado, há necessidade do Estado promover ações que alterem o ambiente em que o agricultor está imerso e que reforce sua capacidade de gestão da unidade familiar, por meio do acesso a políticas públicas adequadas que promovam inclusão produtiva. Desse modo, “alguns mercados são a expressão daqueles interesses e valores dominantes no sistema agroalimentar, outros abrem a possibilidade de inclusão de atores,

produtos e qualidades diferenciados” (Niederle; Schubert; Schneider; 2014, p. 47).

Em meados da década de 1990, com o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e, até então, devido à invisibilidade desse público frente ao governo, foi percebido com mais nitidez a dificuldade que eles têm de inserir-se em mercados modernos globalizados e ao sistema agroalimentar, devido as dificuldades de capitalização. A partir disso, surgiu a necessidade de organizar estratégias de inclusão produtiva, na busca por alternativas de reprodução social e econômica, que contemplem as especificidades a partir de demandas da base (*bottom-up*) (Sousa, 2019a).

O termo inclusão produtiva tem ocupado lugar de destaque na agenda política nacional, sobretudo, na última década, tendo em vista que esta temática foi introduzida com mais ênfase no Programa Brasil Sem Miséria, a partir do ano de 2011, como sendo uma das estratégias principais a ser alcançada junto às diferentes categorias de agricultores familiares mais empobrecidos.

Com o apoio de diversas políticas públicas que abarcaram este programa, já que não existe uma política específica de inclusão produtiva, houve certos avanços na dinâmica de inclusão socioeconômica dos beneficiários. Mas, mesmo assim, não se pode afirmar que existe de fato uma política de inclusão produtiva no Brasil, diante as ações descontínuas, como O Programa Brasil Sem Miséria, que finalizou no ano de 2014 (Sousa; Niederle, 2018).

Deste modo, não existe um consenso uniforme sobre o conceito de inclusão produtiva, sendo abarcado por inúmeras políticas públicas, sem que os *policy makers* se preocupem com o que realmente representa, pois há diferentes noções e interpretações generalizadas que podem limitar a formulação, implementação e execução de determinada política pública nos

processos de mudança social (Sousa, 2019a). De modo geral,

seja qual for a tese, uma estratégia geralmente sobressai como solução possível/necessária para os pobres rurais. “Inclusão produtiva” se tornou um mantra para a ação do Estado e da própria sociedade civil organizada. Mas esta expressão genérica assume significados distintos, decorrência dos desacordos sobre o espaço de manobra e as alternativas que existem para os “pobres rurais” (Niederle, 2014, p. 3).

As ações de inclusão produtiva são realizadas de diversas formas, adaptadas às particularidades de cada instituição ou organização. Essas ações podem variar desde iniciativas simples, como facilitar a organização coletiva dos piscicultores para compras conjuntas de insumos de produção, até a implementação de políticas públicas mais complexas, por meio de legislação específica. Essas políticas visam beneficiar os piscicultores, reduzindo a burocracia e superando obstáculos na cadeia produtiva, permitindo assim o acesso a segmentos da cadeia que antes eram inacessíveis (Sousa, 2022).

Assim, é associado ao termo inclusão produtiva, desde a perspectiva da pluriatividade, perpassando a lógica modernizante da agricultura, por meio dos mercados convencionais, até as novas formas alternativas de redes agroalimentares, que articulam no elo entre produção e consumo, o enraizamento da localidade. No Quadro 2, a seguir, encontra-se com mais detalhes o que diversos autores entendem em relação a inclusão produtiva dos agricultores familiares.

Quadro 2 – Como se dá a inclusão produtiva na perspectiva dos autores

AUTORES	COMO SE DÁ A INCLUSÃO PRODUTIVA?
Heldfand e Pereira (2012)	Por meio do mercado de trabalho fora da agricultura, além de aproveitar a elevação dos níveis de emprego urbano.
Navarro e Pedroso (2014)	Por meio do acesso à ciência e à tecnologia operada pela agricultura moderna.
Sabourin, (2014); Ploeg, (2008); Wanderley, (2014).	Por meio das formas camponesas de agricultura, capazes de articular estratégias mais autônomas baseadas na construção de novas relações com a natureza, na reprodução dos laços de reciprocidade e em uma capacidade inédita de produzir novidades técnicas e organizacionais que a ciência moderna desconhece.

Fonte: Adaptado de Niederle (2017).

É a partir da última perspectiva que será construída a próxima seção deste artigo, corroborando com as ideias de Long e Ploeg (2011), que reconhecem a capacidade que os agricultores familiares têm de criar e construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos. Isto implica que esses atores sociais do meio rural estão construindo novas formas de inserção em mercados alimentares alternativos, como forma de promover a inclusão produtiva para aqueles que estão à margem do desenvolvimento rural.

As estratégias de desenvolvimento rural são, portanto, pensadas a partir do fortalecimento concomitante de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), com a presença de diferentes atores articulados em rede.

Na análise de Belik (2016), embora a agricultura familiar tenha avançado na construção de novos mercados, corre-se, ainda, o risco de repetir o modelo de produção e consumo massificados. Sugere que, para evitar esta situação, haja maior esforço do Estado em criar políticas

públicas combinadas com capacitações, destinadas aos agricultores excluídos do mercado. Além disso, que o poder local adote rotinas administrativas ágeis, cardápios mais adequados aos produtos da economia local e um sistema de distribuição que centralize os gêneros alimentícios recebidos dos fornecedores, de acordo com as necessidades dos beneficiários.

Portanto, como apontado por Wilkinson (2008), as últimas mudanças nas formas de intermediação entre a unidade familiar e o mercado convencional tem como desafio promover a autonomia dos agricultores familiares e suas capacidades alternativas de inclusão produtiva, ao ser levado em conta as transformações ocorridas na dinâmica recente dos "novos mercados".

3 AS TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM OS "NOVOS MERCADOS"

A mudança analítica nos estudos rurais sobre mercados passou por uma importante transformação nos últimos anos. O debate sobre mercados não é recente, mas por ora atravessa por uma discussão polarizada entre os convencionais e os alternativos, resultado de diversos enfoques característicos de cada um. A diferença entre os mercados convencionais e alternativos é que

os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares, por outro lado, os mercados emergentes estão inseridos em novas redes sociotécnicas que visam proteger espaços específicos contra o regime imperial, e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime (Ploeg, 2011, p. 124).

A discussão sobre mercados apresentada por Schneider (2016), contém três formas de definição. A primeira, o mercado como *locus*, é o espaço físico em

que se realizam trocas de produtos e mercadorias. Na segunda forma, o mercado como princípio orientador da sociedade e da economia, que funciona na lógica do sistema capitalista. A última forma, e que especialmente será abordada neste artigo, é o mercado como construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, econômicos, sociais e culturais, por exemplo.

Desse modo, a última definição está relacionada a necessidade de superação do modelo hegemônico produtivista da agricultura, que perpassou por uma transição no modelo de desenvolvimento rural na busca por alternativas de inclusão. Isso foi demonstrado a partir da construção social de novos espaços de comercialização para os agricultores familiares.

A ênfase recai nas formas alternativas de produção e consumo de alimentos focado na preocupação maior de se criar, operacionalizar e consolidar novas relações sociais, no interior do sistema agroalimentar (Ploeg *et al.*, 2000), além do papel desempenhado pelos consumidores na construção das redes agroalimentares de comércio e do processo de (re)localização da produção de alimentos (Goodman; Dupuis; Goodman, 2012). Pois, assim, é possível entender as implicações intrínsecas na construção de mercados alternativos que tenham como pré-requisito primordial a qualidade, ou seja, que valorizem os aspectos sociais e culturais dos territórios, em que emergem a produção local de alimentos, visto a perspectiva da virada para a qualidade (*quality turn*) (Goodman, 2003). A qualidade é um conjunto de normas que define as características de um produto com relação às necessidades do consumidor, às suas experiências e percepções. Portanto, é subjetiva, mas a valoração da qualidade é influenciada sobremaneira pelas normas sociais (Brunori; Malandrin, 2016).

De acordo com Sonino e Marsden (2006), a dicotomização existente entre os mercados ditos convencionais (globais) e alternativos (locais), em torno do contexto da agricultura familiar, tem a ver com a dificuldade de delimitar os atores sociais presentes e as fronteiras que os perpassam, mas, por outro lado, se revelam consideravelmente bem relacionados, híbridos e concorrentes entre si.

A diferenciação desses dois tipos de mercado é resultado dos múltiplos enfoques característicos de cada um. Os mercados convencionais são aqueles atrelados as cadeias globais de valor das *commodities*, controlados por transnacionais, sem vínculo com a localidade e que tem a finalidade de *standardização* de produtos, processos e pessoas. Por outro lado, os mercados alternativos são reconhecidos a partir da localidade em que estão inseridos e na relação direta entre compradores e vendedores, numa lógica de cadeias curtas com a capacidade de (re)socialização e (re)espacialização dos alimentos, baseados em especificidades do meio rural (Niederle; Schubert; Schneider, 2014). Por sua vez, ambos os mercados são socialmente construídos.

É fato que

o sistema alimentar de um território dado pode compreender diferentes subsistemas alimentares que são mais ou menos baseados em práticas agrícolas convencionais ou agroecológicas; na agricultura familiar, empresas artesanais ou ainda grandes empreendimentos; mais ou menos conectados aos mercados (internacional, regional, nacional, local), certificados ou não. Em certos casos, esses subsistemas alimentares podem coexistir, se tornar interdependentes, interagir ou mesmo se hibridizar (Sabourin *et al.*, 2022, p. 20).

Ainda no debate sobre os mercados hegemônicos e alternativos, autores como Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) corroboram na análise, ao assinalarem que

os mercados gerais de produtos agroalimentares são, cada vez mais, administrados por impérios alimentares, enquanto os mercados emergentes são inseridos em novas redes sociotécnicas que tem o propósito de proteger espaços específicos contra o regime ditatorial.

Esses autores contribuem nessa discussão, ao esquematizar um quadro comparativo com as principais características dos mercados agroalimentares gerais e dos emergentes, de acordo com quatro perguntas orientadoras, que se encontram descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Diferenças entre os mercados agroalimentares gerais e os emergentes

PERGUNTAS	MERCADOS GERAIS	MERCADOS EMERGENTES
Quem possui o quê?	A maioria das relações entre produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos são controlados por impérios alimentares.	Circuitos curtos que interligam o produtor e o consumidor de alimentos. Estes circuitos curtos são apropriados ou coapropriados pelos agricultores.
Quem faz o quê?	O papel dos agricultores é limitado a entrega de matérias-primas para a indústria alimentar.	O papel dos agricultores é estendido para o processamento, venda direta e os processos de produção que melhor atende as expectativas dos consumidores.
Quem recebe o quê?	A distribuição do valor agregado é altamente enviesada; a maior riqueza está acumulada nos impérios alimentares.	Os agricultores recebem uma parcela maior do valor agregado total.
O que é feito com os excedentes?	A riqueza acumulada é usada para financiar o controle contínuo do império alimentar (assumindo o controle de outras empresas etc.).	A renda extra é usada para aumentar a resiliência da produção de alimentos para fortalecer a agricultura familiar multifuncional e melhorar os modos de vida.

Fonte: Adaptado de Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012, p.142).

No entanto, “enquanto a dinâmica das cadeias globais de mercadorias está na agenda de estudo há longa data, permanecem indagações sobre as expressões e as compreensões dos “novos mercados” (Niederle; Schubert; Schneider, 2014, p. 43), motivados pela incipiente dinâmica socioeconômica dos agricultores familiares. Isso tem ocorrido, principalmente, nos últimos anos, pelos estudos rurais terem despertado maior interesse na perspectiva de mercados não convencionais, rompendo com as relações de oferta e demanda e priorizando as relações com a construção social dos mercados.

Esses novos mercados, conforme salientam Wu, Ding e Ye (2016), são segmentos específicos de mercados gerais

no âmbito global mais amplos de alimentos e produtos agrícolas. Estão imersos nos mercados gerais e grandes, por meio de determinados arranjos institucionais e são apoiados por infraestruturas específicas, o que possibilita dinâmicas diferenciadas. Desse modo, esses novos mercados aparecem como forma de compensar as deficiências dos velhos mercados, bem como uma forma de resistir a eles (Ye; Wang, 2011).

No contexto atual, a crescente preocupação da população em obter alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos é evidente, visando evitar danos à saúde. Nessa realidade, observa-se uma variedade de preferências alimentares e exigências de qualidade que escapam à uniformidade dos mercados.

Por outro lado, a pobreza, exacerbada pela disparidade de renda, impede que grande parte da população participe como consumidora do mercado padronizado dominante (Pitaluga; Le Bourlegat, 2021, p. 409). Neste cenário, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar é acessível a populações de baixa renda, assim como para um público que vem se dedicando a consumir alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis (Ribeiro *et al.*, 2022).

Assim, a atenção se direciona para um contexto mais amplo, no qual incluem sistemas de produção de alimentos regenerativos e resilientes, compostos por diferentes variáveis que se complementam, como: ecossistemas, sistemas humanos, de energia, econômicos e de saúde, responsáveis diretamente em fornecer insumos que são determinantes, no favorecimento do sistema alimentar. O que tem propiciado alterações tanto na produção, como nas dietas alimentares na atualidade, com propostas mais sustentáveis, em resposta aos impactos calamitosos que tem pesado sobre o meio ambiente e a nutrição, gerando reflexos negativos na saúde da população (Domene *et al.* 2023).

Nesta direção, importantes dimensões estão em plena discussão na sociedade, em âmbito nacional e internacional, por meio da valorização de alimentos locais, adquiridos dos produtores familiares e da conciliação entre diversificação nutricional e preservação do ambiente. Levar em consideração essas dimensões ajuda a trabalhar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, sobretudo, dos ODSs direcionados a erradicar a fome, garantir a segurança alimentar, contribuir para ampliar a qualidade nutricional e promover a agricultura sustentável (Hungria; Siqueira, 2024).

Dentre os possíveis mercados de acesso aos agricultores familiares, Wilkinson (2008) apresentou quatro principais formas tradicionais: o acesso

direto (mercado informal), intermediação de atravessadores, integração com a agroindústria e compras por parte do poder público (mercado institucional). O acesso direto via mercado informal e local passa por uma maior fiscalização e legalização da inspeção sanitária. O atravessador está perdendo espaço para os supermercados, que tem se tornado ator destacado no sistema agroalimentar, com exigências maiores em termos de classificação e logística. Enquanto a agroindústria exige patamares ainda mais altos de qualidade e volume. Já as compras do mercado institucional estão prescindidas de licitações para atender as demandas de instituições locais.

Além desta identificação, Wilkinson (2008) elaborou uma tipologia de mercados possíveis e em transformação, aptos para o acesso dos agricultores familiares, baseado numa proposta comparativa entre os "velhos" e "novos" mercados. A ideia foi distinguir o mercado de *commodities*, considerado velho e tradicional, também de importante significância para a unidade familiar e, de outro lado, a emergência de um conjunto de "novos" mercados, pautados em dinâmicas de interação e em processos de diferenciação, tais como: especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Para melhor conhecimento desta classificação, o Quadro 4 sumariza estes mercados com os seus respectivos perfis e desafios para os agricultores familiares.

Quadro 4 – Tipologia de mercados para Agricultura Familiar

MERCADO	PERFIL	DESAFIOS
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades	Discriminando por grau de associação com localidade/tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação a saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala e pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variedade e escala

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17).

Por meio das informações apresentadas no Quadro 4, verifica-se as novidades encontradas nos emergentes mercados localizados. Segundo Mior (2006), o entendimento acerca do mercado sob a abordagem da localização e da diversidade, tende a enfatizar a necessidade de autonomia por parte dos agricultores familiares, frente às tendências homogeneizadoras de forças da globalização. Assim é possível a valorização de alimentos locais (*locality food*) que possuem atributos diferenciados de qualidade, a partir das especificidades de recursos territoriais (materiais e imateriais) e que, por consequência, cria condições de se diferenciar dos demais produtos *standardizados*, em um determinado contexto.

Esses "novos" mercados são construções sociais baseadas em especificidades próprias, uma vez que "as relações econômicas estão imersas em redes de relações sociais, políticas e culturais que funcionam como instituições que orientam as práticas e geram um sistema de regras e dispositivos que regulam o ordenamento da vida social" (Schneider, 2016, p. 118).

Essas construções são enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais, geralmente entendidas em termos de laços de proximidade, entre atores sociais pertencentes a uma mesma localidade, em que o apelo comercial está estritamente relacionado à localidade, tradição, origem,

natureza ou modo de produção (Niederle; Schubert; Schneider, 2014).

Para Sonino e Marsden (2006), a noção de *embeddedness* tornou-se uma prática abreviada para os laços sociais assumidos para modificar e dinamizar as interações econômicas humanas. Este conceito nos estudos do sistema agroalimentar tem contribuído para enfatizar melhor o caráter social do emaranhado (*emmeshed*) das redes alternativas agroalimentares. Nesse sentido, outros autores explicam também a importância das relações sociais nos mercados, na qual é possível o acesso dos agricultores familiares e no que podem se diferenciar dos demais agricultores convencionais. Com efeito,

essa densa rede de relações sociais constitui o componente de enraizamento social da ação econômica, a qual, [...] explicaria porque empreendimentos provenientes da agricultura familiar, aparentemente sem condições de se manter frente às pressões exercidas pelos atores globais das cadeias de valor, conseguem se reproduzir e, em alguns casos, obter certas vantagens competitivas (Niederle; Schubert; Schneider, 2014, p. 51-52).

Neste intento, Goodman, Dupuis e Goodman (2012) demonstram que as redes alimentares alternativas pautadas pela revalorização das práticas alimentares, vinculadas aos territórios rurais localizados são capazes de

desenvolver "novos espaços econômicos". Por sua vez, relatam que estes espaços alternativos podem ser apropriados pelo mercado convencional, com o propósito de responder as demandas (*demand driven*) dos consumidores por produtos locais, orgânicos, tradicionais, sustentáveis, mais solidários e justos (*fair trade*) que estão em evidência.

A consolidação das redes alimentares alternativas assume características distintas do mercado convencional, ainda mais quando se pensa nos atores e a história de cada território imerso em um mesmo contexto sociopolítico e local (Sonino; Marsden, 2006). Ou seja, a definição do que é qualidade e o quão alternativa são as redes alimentares, depende das características intrínsecas ao enraizamento social e local. Segundo Sonino e Marsden (2006), não somente as redes alimentares alternativas são enraizadas em instituições sociais, culturais e políticas, mas também as redes alimentares convencionais devem ser assim consideradas.

Com o aumento da discussão sobre a realocação entre produção e consumo local de alimentos, surgem outras interpretações diferenciadas acerca das características dessa produção local e sua finalidade. Desse modo, aparece com a construção de tais novos mercados, o conceito de mercados aninhados (*nested markets*), como abordado nos estudos de Ploeg (2011, 2014, 2016), Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) e Wu, Ding e Ye (2016). Para Ploeg (2011), esse termo consiste em um conjunto de transações distintas, envolvendo produtos e serviços específicos, entre fornecedores e compradores, que obedecem às normas próprias e, por consequência, geram benefícios particulares. Assim, os mercados aninhados auxiliam na compreensão dos processos de desenvolvimento rural como respostas multifacetadas e de múltiplos níveis às falhas de mercado, associadas às dinâmicas dos mercados globais de

commodities para a produção agrícola e alimentar. "Enfrentar essa situação consiste em criar soluções locais para problemas globais, tratando de promover produtos altamente diferenciados, além de estilos de agricultura emergentes" (Ploeg, 2011, p. 137).

Nessa mesma direção, Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) explicam que os *nested markets* delineiam um espaço em que as relações sociais alternativas, tendências, identidades e as transações podem ser construídas. Esses novos mercados aninhados possuem fronteiras permeáveis, pelos quais novos agricultores podem entrar, pois não há monopólio, assim como o mercado pode se expandir, contrair ou diferenciar-se internamente (Ploeg, 2016). Em outras palavras, o mercado aninhado está integrado ao mercado geral, mas como segmento específico, que possui diferentes inter-relações, dinâmicas, e formas de governança e, por conseguinte, proporciona impacto diferenciado. No Brasil, um interessante e inovador exemplo de mercado aninhado e que produz sinergia é o institucional, que permite a cooperação entre movimentos rurais, agricultores familiares e o Estado, para alcançar os resultados esperados pelos beneficiários e envolvidos no processo.

Tendo como horizonte as perspectivas supracitadas, para Sonino e Marsden (2006), o termo "*nested*" pode provocar dificuldades de entendimento e interpretação. Não obstante, postulam que todos os mercados são *nested* ou *embedded*, assim como todos os mercados são governados de uma forma ou outra por determinado conjunto de instituições.

Portanto, as transformações ocorridas no sistema agroalimentar, a partir da diversificação de estratégias adotadas nos mercados locais e nos circuitos curtos permitem, assim, reconectar os agricultores familiares enraizados localmente com os consumidores, perfazendo num emergente

elo do sistema alimentar localizado que precisa de mais atenção por parte dos atores sociais que constroem e que fazem parte dos mercados alternativos.

4 CONCLUSÃO

São múltiplos os mercados e espaços do meio rural que os agricultores familiares podem alcançar a inclusão produtiva, porém são poucos que permitem sua reprodução socioeconômica, autonomia e empoderamento, como categoria sociopolítica institucionalizada. O desafio a ser enfrentado é que as múltiplas agriculturas familiares tendem a perder o poder de agência na interação com os mercados hegemônicos.

A alternativa está nos “novos” mercados que estão enraizados e aninhados em laços sociais, reaproximando os agricultores familiares dos consumidores no sistema agroalimentar localizado. Para isso, entra em cena qualidades e características socioculturais intrínsecas das diferentes categorias da agricultura familiar, capilarizadas no decorrer do território, que as diferenciam dos mercados tradicionais. Nessa perspectiva, pode-se inferir que os “novos” mercados são mais *embeddedness* do que os tradicionais mercados, diante da necessidade de aninhar os atores sociais envolvidos junto ao mercado alternativo e, assim, promover suas especificidades.

Por último, na perspectiva dos discursos alternativos sobre o alimento, os mercados que têm maior potencialidade de inclusão dos agricultores familiares são aqueles que permitem a devida reprodução dos seus modos de vida, bem como a comercialização equitativa de seus peculiares produtos no sistema agroalimentar. Isto faz com que haja certa diferenciação em relação aos demais mercados concorrentes, por meio da agregação de valor. Entretanto, com o sucesso do conjunto de qualidades

(valores territoriais) atribuídas aos produtos da agricultura familiar está havendo uma apropriação das especificidades locais pelo capital, acarretando na convencionalização comercial desses produtos.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. *In*: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 183-2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **A Inclusão Produtiva como eixo de política pública de combate à pobreza e redução das desigualdades**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília, DF: MDS, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_277.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRUNORI, G; MALANDRIN, V. Os jogos políticos da realocação entre esfera pública e esfera de mercado. *In*: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 143-157.

BUAINAIN, A. M; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? *In*: CAMPOS, S.K; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, DF: CGEE, 2013. p.29-70.

CALLÓN, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. *In*:

PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

DOMENE, S. M. Á, *et al.* Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 109, 2023.

ESQUERDO, V. F. S; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 52, 2014.

GOODMAN, D. The quality turn and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n.1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, E; GOODMAN, M. **Alternative food networks**. London/New York: Routledge, 2012.

HELDFAND, S; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIM, A. M. *et al.* **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012.

HUNGRIA, M.; SIQUEIRA, J. O. Onde a ciência nos levou e que caminhos pode nos ajudar a trilhar. In: HUNGRIA, M (org.). **Segurança alimentar e nutricional**: o papel da ciência brasileira no combate à fome. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

LONG, N; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação

de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MCMICHEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Nova Scotia: Fernwood, 2013.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 268-293.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, n.16, p.407-419, 2000.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Ed. Especial, 2014.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: Oficina “**Agricultura familiar**: perspectivas atuais e futuro”. MDA: Brasília, 2017.

NIEDERLE, P. A; SCHUBERT, M. N; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S; FIÚZA, A. L; TEIXEIRA, E. C; REIS, J; LIMA, A. L. (org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. Viçosa: Suprema, 2014. v. 1, p. 43-68.

PEREIRA, P. A. A.; MORI, S. S. O. FERRAZ, R. M.; MELO, W. F. Agricultura familiar e a necessidade de reinventar a extensão agropecuária para erradicar a fome. In: HUNGRIA, M (org.). **Segurança alimentar e nutricional**: o papel da ciência brasileira no

combate à fome. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 52, 2014.

PITALUGA, Christiane Marques; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, 2021, p. 404-426.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PLOEG, J.D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction In: HEBINK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (Ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Haia: Routledge, 2014, Cap. 2.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 361-380.

PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J.D.V; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of**

Peasant Studies, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.

RIBEIRO, M. E.; BERALDO, K. A.; MENDONÇA, R. M. G.; SOUSA, D. N. Estudo de mercado para as cestas de alimentos da agricultura familiar no Tocantins em tempos de pandemia de Covid-19. **Colóquio - Revista Do Desenvolvimento Regional**, v. 19, p. 132-148, 2022.

SABOURIN, E.; GRISA, C.; MALUF, R. S.; ELOY, L. **Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 13-36

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: **Oficina "Agricultura familiar: atuais perspectivas e futuro"**. Brasília: NEAD, 2014.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.93-140.

SONINO, R; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, p. 181-199, 2006.

SOUSA, D. N. Políticas públicas de inclusão produtiva de agricultores familiares: entre continuidades e discontinuidades na agenda política brasileira. **Mundo Agrário (La Plata)**, v. 22, p. e179, 2022.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins**: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 2019a.

SOUSA, D. N. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, p. 1-13, 2019b.

SOUSA, D. N.; NIEDERLE, P. A. A produção científica brasileira sobre o que se entende por inclusão produtiva: um recorte temporal entre 2005 a 2016. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 15-32, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In: CAVALCANTI, J.S; WANDERLEY, M.N.B. NIEDERLE, P.A. (Orgs.). **Participação, território e cidadania**. Recife: UFPE, 2014.

WEISS, T. **The global food economy**. London: Zed Books, 2007.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: O novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WU, H; DING, B; YE, J. Desenvolvimento rural e a construção de novos mercados

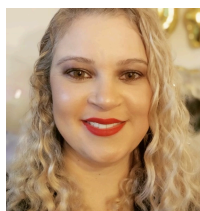
aninhados na China. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 361-380.

YE, J.Z; WANG, W. The rise of nested market: Resistance to infinitive market and modern agriculture. **Guizhou Social Science**, 32, p. 48-54, 2011.



DIEGO NEVES DE SOUSA

Doutor em Desenvolvimento Rural, Bolsista de Produtividade, Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq, Nível 2. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura..



PALLOMA ROSA FERREIRA

Pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional (UFT).

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio do CNPq.